

A ESPORTIVIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: ANÁLISE DAS AÇÕES/PROJETOS ESTADUAIS CONTEMPORÂNEOS DE ESPORTE E LAZER DAS REGIÕES NORTE E NORDESTE

Marcela Silva Alves de Moraes
Vanessa Andrade Gomes

RESUMO

Esse estudo se constitui em uma pesquisa qualitativa e propõe-se a analisar os projetos estaduais de esporte e lazer das regiões Norte e Nordeste do Brasil, tentando verificar o processo de esportivização das políticas públicas de Esporte e Lazer, o qual nega a conscientização e concretização do Esporte e Lazer como direitos sociais e essenciais para a formação humana. As ações/projetos governamentais do Norte e Nordeste sofrem o processo de esportivização, refletindo o modelo capitalista da sociedade brasileira.

Palavras-chave: Esportivização; Políticas Públicas; Esporte; Lazer.

RESUMEN

Este estudio es constituido en una investigación cualitativa y propone analizar los proyectos estatales de deporte y ocio de las regiones del Norte y del Nordeste de Brasil, tratando de verificar el proceso de “deportivización” de las políticas públicas de Deporte y Ocio, que niega el concienciación y concretización del Deporte y Ocio como derechos sociales y esenciales para la formación humana. Las acciones y los proyectos gubernamentales del Norte y Nordeste sufren el proceso de “deportivización”, reflejando el modelo capitalista de la sociedad Brasileña.

Palabras-clave: Deportivización; Políticas Públicas; Deporte; Ocio.

ABSTRACT

This study is constituted in a qualitative research and intends to analyze the state projects of sport and leisure of the areas North and Northeast of Brazil, trying to verify the process of “sportivization” of the public politics of Sport and Leisure, which denies the understanding and materialization of the Sport and Leisure as social laws and essential for the human formation. The government actions/projects of the North and Northeast suffer the process of “sportivization”, reflecting the capitalist model of the Brazilian society.

Word-key: Sportivization; Public Politics; Sport; Leisure.

1. INTRODUÇÃO

Enquanto graduandas de Licenciatura em Educação Física e pesquisadoras da área de políticas públicas de Esporte e Lazer, realizando atividades no Grupo MEL (Mídia, Memória, Educação e Lazer) da Universidade Federal da Bahia e fazendo parte da REDEL.BR (Rede de Desenvolvimento de Políticas Públicas de Esporte e Lazer do Brasil) que se constitui em uma pesquisa nacional integrante da Rede CEDES (Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer) do Ministério do Esporte, percebemos a importância de ampliarmos o estudo deste tema para podermos colaborar na conscientização do Esporte e Lazer enquanto direitos sociais, presentes na Constituição Federal e em quase todas as constituições dos Estados brasileiros.

Segundo Saldanha Filho (2003, p. 5), temos nos deparado com a total falta de legitimidade na questão da garantia do lazer e do esporte como elementos sociais que são de extrema importância para a construção e o pleno direito à cidadania, principalmente pelos órgãos públicos, que muito comumente, tem em seus projetos e investimentos o sentido de favorecer a poucos e privilegiar algumas práticas em detrimento de outras não menos importantes, tendo como seu principal critério o retorno financeiro que determinado esporte proporciona, evidenciando o processo de esportivização das políticas públicas.

Situamos este estudo na análise das ações/projetos dos Estados das regiões Norte e Nordeste, as quais, de acordo com dados do IBGE e com estudos do decorrer da história brasileira, apresentam semelhanças culturais e sócio-econômicas.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho documental e bibliográfico, que se baseia em levantamento de dados nos sítios virtuais oficiais e revisão de literatura através de textos que discutem sobre o tema. Faremos uma análise das políticas públicas de Esporte e Lazer das regiões Norte e Nordeste a partir dos discursos que se têm das ações/projetos divulgados nos sítios virtuais oficiais dos órgãos que tratam sobre esses direitos sociais em cada Estado dessas regiões.

Colocamos em discussão o problema que norteia a nossa pesquisa: as ações e projetos governamentais dos estados das regiões norte e nordeste apresentam em sua maioria direcionamentos para a constituição do esporte e lazer como direitos sociais ou para a esportivização das políticas públicas?

2. AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER: UMA REVISÃO DE LITERATURA

A sociedade brasileira vive em um sistema político e econômico centrado no neoliberalismo, cujo objetivo é o aumento de lucro, capital e poder. As políticas públicas brasileiras, em geral, têm seguido, mesmo que implicitamente, essa forma de ideologia, a qual influencia diretamente no modelo de organização da sociedade atual. Segundo Viviane Ramos (1999, p. 2), esse contexto neoliberal transforma as relações econômicas e, conseqüentemente, causa a explosão da desigualdade social, com a exclusão de direitos sociais básicos como emprego, educação, saúde e moradia. Assim, o modelo de privatização, passa a ser concebido como uma espécie de cura para os males existentes no campo da vida social humana, uma vez que o próprio Estado se

mostrou incapaz de solucioná-los adequadamente, o que podemos tirar exemplos dos objetivos propostos na ações/projetos de Esporte e Lazer das regiões Norte e Nordeste.

Levando ainda em consideração o raciocínio de Suassuna e Azevedo (2007), compreendemos as políticas públicas como ações do e de Estado, tendo nas instituições estatais sua principal referência e seus gestores como responsáveis por elaborar programas e ações, mas a privatização e o desvio de interesses acabam por mudar os objetivos das políticas públicas de Esporte e Lazer.

A discussão sobre essas políticas públicas referem-se inicialmente à denominação desses dois termos como direitos sociais instituídos na Constituição Federal do Brasil de 1988 e que devem ser assegurados a todos os cidadãos. O direito ao lazer se delineou com o advento da sociedade industrial, através da divisão entre trabalho e tempo livre, que foi conquistado progressivamente por manifestações dos trabalhadores para uma diminuição da carga horária de trabalho e o “direito ao esporte encontra-se imbricado na construção do direito ao lazer e ao tempo livre”. (LINHALES, 2001). Segundo Mascarenhas (apud AZEVEDO, 2008, p. 146), o lazer é identificado “como uma força reorganizadora da sociedade, agência educativa capaz de fomentar e colaborar para a construção de novas normas, valores e condutas para o convívio entre os homens” e também, como tempo e lugar de construção da cidadania e exercício da liberdade.

A esportivização constitui-se como a ocupação do tempo livre do lazer por práticas essencialmente esportivas. O Esporte também é um direito social, mas é exposto nas ações governamentais com o objetivo de viabilizar outros direitos, e, em sua maioria, apenas práticas de alto rendimento, para formação de atletas e melhoria de habilidades motoras, não apresentando um cunho social, educativo, de formação humana, de construção da cidadania e exercício da liberdade, promovendo a contínua obtenção de lucro e poder pela sociedade capitalista e uma menor conscientização do Esporte e Lazer enquanto direitos sociais.

Uma forte influência na esportivização das políticas públicas é a mídia. Segundo Azevedo (2008, p. 136): “O esporte transforma-se no centro das atenções da mídia enquanto notícia, transmissão de eventos ao vivo ou simplesmente como tema nos anúncios publicitários [...]”, tornando-se assim produto de consumo da Indústria Cultural.

Essas reflexões demonstram a inegável relação existente entre o processo de globalização, a concepção de Indústria Cultural, através da qual o esporte é inserido na lógica do mercado, e a consequente esportivização das políticas públicas. O esporte está entre os diversos bens e produtos culturais que, com a globalização, tem sua expansão na ordem mundial e, com isso, incorpora-se, com certa facilidade, a lógica do mercado (AZEVEDO, 2008, p. 138).

É visível que a discussão sobre políticas públicas de Esporte e Lazer ainda é rara, e é de extrema relevância ampliarmos segmentos que discutam esse tema que é deixado muitas vezes de lado no momento da concretização de ações e projetos que deveriam promover o acesso a esses direitos sociais de uma forma que leve à constituição humana em seu todo.

3. AÇÕES/PROJETOS DAS REGIÕES NORTE E NORDESTE

Nesta pesquisa, realizada no início do ano de 2009, fizemos um levantamento

em sítios virtuais das secretarias ou órgãos máximos estaduais de esporte e lazer das respectivas regiões, para analisar as propostas trazidas nas ações/projetos. Nos sites oficiais de alguns estados, não identificamos os órgãos correspondentes e em outros apesar de tratar do esporte e lazer não destacavam estes segmentos em suas ações/projetos.

Encontramos objetivos variados que justificaram as implementações tais como: fomento à prática amadora e profissional, melhoria da qualidade de vida, melhoria das capacidades físicas e motoras, a aplicação de modalidades esportivas, principalmente o futebol, formação de atletas e iniciação de novos talentos em âmbito nacional, estadual e municipal.

Com base nos dados levantados observamos que as políticas públicas têm um caráter assistencialista, correspondendo a uma estratégia de manutenção das desigualdades sociais, e se caracterizam com eventos pontuais como preenchimento do tempo ocioso, utilizado como paliativo e como possível justificativa para a inclusão social, reforçando os valores do individualismo e exclusão para a maioria da população. Como está exposto na literatura de Linhares (2001), a qual diz que a presença do esporte nas ações de governo atualiza refinados contornos utilitários e o caráter assistencialista sobrepõe-se no setor, tornando remota, muitas vezes, a possibilidade do esporte ser realizado politicamente como um direito social, e, além disso, a própria noção de direito social tem sido letra morta e confundida ora com resolução de carências, ora com acesso a bens de consumo.

Considerando que é destinado pouco orçamento para estas ações/projetos, depende muitas vezes de parcerias com a iniciativa privada ou federações esportivas amadoras que apresentam uma perspectiva de alto rendimento com modalidades institucionalizadas de esporte. Essas iniciativas não suprem as reais demandas e não garantem o alcance do lazer e do esporte como direitos sociais, e é evidente que as empresas patrocinadoras ganham status pelo compromisso e pela “responsabilidade social”, o que redimensiona a responsabilidade estatal.

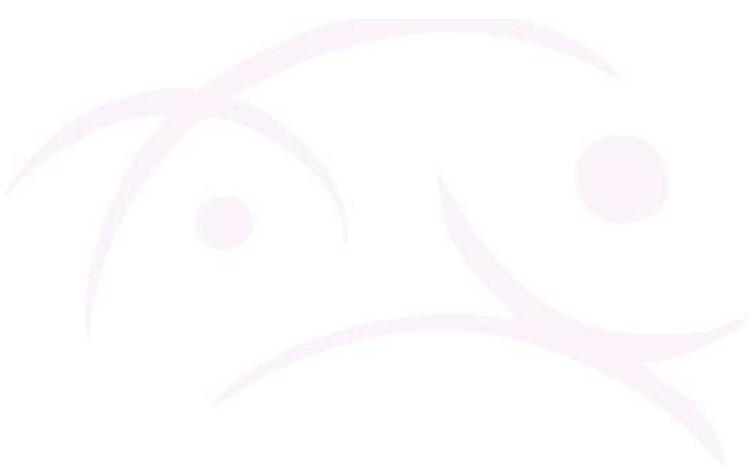
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática do Esporte de alto rendimento nas políticas públicas de Esporte e Lazer do Norte e Nordeste é ampla e reflete o modelo capitalista da sociedade em que vivemos. O estado apresenta um crescente descompasso entre interesse e necessidades da sociedade quanto aos serviços ofertados e prioriza o desenvolvimento de infraestrutura e fomento do esporte na perspectiva de alto rendimento, impossibilitando, de certa forma, o “lazer como prática da liberdade” (título do livro de Fernando Mascarenhas de 2004) e a prática do Esporte dentro de outros princípios.

Entendemos que a gestão participativa e interativa na elaboração, implantação e execução das políticas públicas efetivas e permanentes, possui uma dependência mútua de agentes sociais, comunidades, professores, instituições, clubes, organizações governamentais e não governamentais, por apresentar uma variedade de possibilidades que implica em um resultado socialmente referenciado.

As ações/projetos governamentais do Norte e Nordeste sofrem o processo de esportivização, que delimita o Esporte de cunho competitivo elevado como principal prática corporal e sem uma reflexão de construção da cidadania, de conscientização do

Esporte e Lazer como direitos sociais e de exercício da liberdade, não disponibilizando uma gestão de Estado, participativa e interativa com a devida referência social.



REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Aldo Antonio de (Org.). Torcedores, Mídia e Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Distrito Federal. Brasília:Thesaurus, 2008.

FERREIRA, Marcelo Guina. O esporte de alto rendimento como política pública do estado burguês: acumulação, a legitimação e exclusão social capitalista nem sempre dissimuladas. In: Pensar a Prática, Goiânia, v. 2, n. 1, p. 25-43, jan./dez. 1999. Disponível em <<http://www.boletimef.org/?canal=12&p=Pol%EDtica+P%FAblica&c=1>>

LIÃO JUNIOR, Roberto. Políticas Públicas de Educação Física, Esporte e Lazer no Governo do Distrito Federal, 1995-1998: Tensões e desafios de um projeto contra-hegemônico. Campinas, SP, 2003. Disponível em <http://www.educacaofisica.com.br/biblioteca_mostrar.asp?id=1646>

LINHALES, Meily Assbú. Jogos da Política, Jogos do Esporte: subsídios à reflexão sobre políticas públicas para o setor esportivo. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). Lazer e esporte: políticas públicas. Campinas, SP: Autores Associados, 2001, p. 31-56.

RAMOS, Viviane de Assis. Políticas públicas e avaliação: onde estamos para onde vamos? In: Pensar a Prática, Goiânia, v. 2, n. 1, p. 84-100, jan./dez. 1999. Disponível em <<http://www.boletimef.org/?canal=12&p=Pol%EDtica+P%FAblica&c=1>>

ROCHA, Luiz Carlos. Políticas públicas de lazer: um olhar sobre a realidade brasileira. Diálogos Possíveis, Salvador, v. 3, n. 2, p. 191-199, jul./dez. 2004. Disponível em <<http://www.boletimef.org/?canal=12&p=Pol%EDtica+P%FAblica&c=1>>

SALDANHA FILHO, Matheus. Formulando políticas públicas do esporte e lazer no âmbito da cidade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 13, 2003, Caxambu. 25 anos de história: o percurso do CBCE na educação física brasileira. Anais... Caxambu: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2003. Disponível em <<http://www.boletimef.org/?canal=12&file=880>>.

SILVA, José Maria; SILVEIRA, Emerson Sena da. Apresentação de Trabalhos Acadêmicos: normas e técnicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

SUASSUNA, Dulce Maria; AZEVEDO, Aldo Antonio de (Orgs.). Política e lazer: interfaces e perspectivas. Brasília: Thesaurus, 2007.

CONTATOS DAS AUTORAS:

- Marcela Silva Alves de Moraes
Endereço: Rua Arnaldo Lopes da Silva, Bloco 338-B, Aptº 01, Bairro Stiep, Salvador/BA. CEP: 41770-035
E-mail: marcelaconbrace@gmail.com
- Vanessa Andrade Gomes

Endereço: Rua Cyrilo Gonçalves Oliveira, N° 83, Casa 02, Bairro Liberdade,
Salvador/BA. CEP: 40367-300
E-mail: van.gomes@yahoo.com.br

